



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **N.º 316, DE 2025**

**(Do Sr. Carlos Jordy)**

Susta os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF.”

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PDL 313/2025.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2025  
(Do Sr. Carlos Jordy)

Susta os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que modifica o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, responsável por regulamentar o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF.

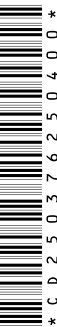
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam suspensos os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que altera disposições do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Decreto Legislativo tem como objetivo barrar os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, o qual promove alterações no Decreto nº 6.306, de 2007, impactando diretamente a regulamentação do IOF. A medida representa um aumento indireto da carga tributária, adotado por meio de instrumento infra legal, sem a devida



apreciação do Congresso Nacional, ferindo o princípio da legalidade tributária (art. 150, I, CF).

O Executivo, ao invés de enfrentar o real problema das contas públicas — o excesso e a ineficiência do gasto estatal — opta novamente por elevar a arrecadação via IOF, imposto de caráter extra fiscal, que vem sendo desvirtuado como fonte regular de receita. Tal decisão impacta negativamente o setor produtivo, dificulta o acesso ao crédito, onera o consumo e agrava a situação das famílias brasileiras.

Dados da Receita Federal revelam que a carga tributária bruta do Brasil atingiu 34,7% do PIB em 2024 — maior nível desde 2010. Segundo o IBPT, o país segue entre os que mais tributam sem contrapartida proporcional à população. Ao mesmo tempo, as despesas obrigatórias consumiram mais de 95% do orçamento primário no mesmo ano, inviabilizando investimentos e políticas públicas essenciais.

Relatório da IFI aponta um déficit primário de R\$ 177,4 bilhões em 2024, mesmo com aumentos em tributos como PIS/COFINS sobre combustíveis e a reoneração da folha. Isso evidencia que o problema reside na falta de controle dos gastos e na ausência de reformas estruturantes.

O Decreto nº 12.499/2025 eleva o custo de operações como empréstimos, financiamentos, leasing e câmbio, afetando desde pequenos negócios até grandes setores produtivos. O aumento do custo do crédito prejudica o consumo, a produção e a geração de empregos.



Cabe ao Parlamento defender o equilíbrio entre os Poderes. A proliferação de decretos que majoram tributos desrespeita o papel do Legislativo e compromete a segurança jurídica. Por isso, esta proposta visa proteger o contribuinte, resguardar a economia e reestabelecer os limites institucionais entre Executivo e Legislativo.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2025.

Carlos Jordy  
Deputado Federal PL/RJ



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>DECRETO Nº 12.499, DE 11 DE JUNHO DE 2025</b>	<a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/cret/2025/decreto-12499-11-junho2025-797588-norma-pe.html">https://www2.camara.leg.br/legin/fed/cret/2025/decreto-12499-11-junho2025-797588-norma-pe.html</a>
<b>DECRETO Nº 6.306, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007</b>	<a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/cret/2007/decreto-6306-14-dezembro2007-566561-norma-pe.html">https://www2.camara.leg.br/legin/fed/cret/2007/decreto-6306-14-dezembro2007-566561-norma-pe.html</a>

**FIM DO DOCUMENTO**